

Greve: movimento social, processo educativo e luta

FERNANDO JOSÉ MARTINS*

Resumo: Em 2012, houve um significativo movimento grevista nacional ocorrendo em quase todas as instituições de ensino superior brasileiras, movimentos em universidades estaduais, bem como em demais categorias profissionais. O processo de greve como um todo gera uma série de ações e reflexões de toda ordem. Portanto, a partir do contexto citado, desponta o presente texto, que visa a compreender o movimento de greve como um movimento social e evidenciar o caráter educativo de tal processo. Para tanto, será necessário confrontar os elementos componentes da greve com os pressupostos teóricos constituintes dos movimentos sociais, de acordo com os autores clássicos que versam sobre a temática. Assim, haverá uma revisão bibliográfica tanto sobre greve como sobre movimento social. Também serão destacadas as categorias fundamentais para o estudo que, no presente caso, centram-se na categoria classe social, mas ampliam-se para as análises sobre educação, luta social, trabalho. Mantendo como foco empírico o movimento de greve das universidades em 2012, serão analisados os fatores educativos que são de várias ordens: jurídica, relacional, epistemológica, ética, política, social, entre outras. E para finalizar, são destacados os pontos de intersecção entre a greve e os demais movimentos sociais organizados contemporâneos.

Palavras-Chave: Greve; Movimento Social e Educação

Abstract: In 2012, there was a significant national strike movement taking place in nearly all the Brazilian Higher Education Institutions, movements in State Universities, as well as in other professional categories. The strike process causes a series of actions and reflections of all kinds. Therefore, based on the context mentioned, the present text was conceived aiming at understanding the strike movement as a social movement and highlighting the educative characteristic of such a process. In order to do so, it will be necessary to analyze the features that constitute a strike in comparison to the theoretical foundations that constitute the social movements according to the distinguished scholars of that write on the theme. Thus, a review on the theories on strike and social movement will be carried out. Also, the fundamental categories for such a study will be evinced, being in present research focused on the social class category even though other categories such as education, social struggle and work will be used in the analysis. Empirically focusing on the strike movement of the universities in 2012, educative factors of all kinds will be analyzed: juridical, relational, epistemological, ethical, political, social, and so on. As for the conclusion, all the intersections of strike and the other organized contemporary movements will be highlighted.

Key words: Strike; Social movement; Education.



* **FERNANDO JOSÉ MARTINS** é doutor em Educação. Professor do colegiado do curso de Pedagogia do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Foz do Iguaçu. Docente do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteiras.



Em 2012, no Brasil, houve um significativo movimento grevista nacional que ocorreu em quase a totalidade das instituições de ensino superior brasileiras, movimentos em universidades estaduais, bem como em demais categorias profissionais do serviço público federal. Esse fato motivou a escrita deste texto, que “nasceu” de um diálogo do autor com os servidores em greve da cidade de Foz do Iguaçu e região, nomeadamente os servidores técnicos do Instituto Federal do Paraná – IFPR, da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus de Medianeira. O presente texto, de certa forma, em algumas aproximações tomará esse movimento de greve nacional como referencial empírico nas reflexões feitas a seguir.

Vale registrar a monta que tal movimento simboliza no cenário atual, principalmente nos anos deste século, pois, pode ser o maior movimento grevista destes anos em território brasileiro. Esse movimento significativo, “escondido” pelos meios de comunicação de massa, teve uma significativa territorialização no espaço nacional. A tradição científica reivindica fontes “fiáveis” de consulta e, no presente caso, frente o boicote da

grande mídia, as fontes são esparsas, restritas aos boletins de Associações, Sindicatos, mídias independentes. Porém a junção dos dados, os registros ainda que a contragosto de alguns órgãos de imprensa, evidenciam que 56 das 59 universidades federais aderiram à greve. (MAGGI, 2012) Houve paralisações de trabalhos em 34 dos 38 Institutos Federais, além de uma série de Estados, como Rio de Janeiro, Bahia, Paraná e outras redes de ensino básico pelo Brasil afora, como é caso da Bahia, Goiás e demais sistemas educativos, de difícil mapeamento pelos motivos já citados.

Mas não fora só o seguimento educacional que aderiu a greve. Mais de 30 categorias do serviço público executivo cruzaram os braços, sem falar das agências nacionais reguladoras, operações padrão, setores também não estatais ou de capital aberto, como os bancários. (CASTRO, 2012). Uma estimativa da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal indicou mais de 300 mil servidores em greve nesse setor. Esse panorama, mais do que um marco histórico de um movimento grevista, produz relações em seu interior de significativa relevância educativa para os sujeitos que o constituem, pois se trata de um processo que gera no interior das lutas, aprendizados de várias ordens: jurídico, relacional, epistemológico, ético, político, social, entre outros. É justamente essa “delimitação” que o presente texto procurará explorar nas próximas linhas.

Sobre Definições e conceitos

Alguns analistas questionam a inserção da greve no conceito de movimento social, em virtude de sua estrutura temporária e de organização efêmera. Porém, de acordo com as sínteses de estudiosos que dizem:

Movimentos Sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 1997, p.251)

Há teorizações que reivindicam a necessidade da ausência de institucionalização para que o fenômeno seja caracterizado como movimento social. No caso da greve, em certa medida, o movimento é institucionalizado, pois está inserido nas regulamentações que cercam os direitos do trabalhador. Contudo, fundamentalmente, a greve seria o movimento mais distante da institucionalidade, uma vez que sua constituição é efêmera e localizada, em sua dinâmica interna, e explosiva de modo geral.

Se continuarmos a confrontar tal movimento com as definições clássicas e gerais, como a de Alain Touraine:

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (2003, p.113)

Veremos que a greve cumpre as características destacadas nas citações acima. Torna-se uma força social, articula-se em diversos sujeitos e, sobretudo, reage a um “inimigo”, questionando um tipo de dominação, que lhe priva de sua legitimidade. Utilizamos só dois autores como

referência, porém destacamos que demais analistas, concordam com tais premissas, o que insere a greve no quadro conceitual dos movimentos sociais.

Ocorre que, em um processo complexo como é a greve, há distinções e desafios que se acentuam. Portanto, o uso e a prática de uma categoria são essenciais para a compreensão e ação coletiva no movimento de greve: a categoria classe. Independente dos setores, servidores, técnicos, professores, acadêmicos (e seus femininos, claro!!) em uma greve, em um movimento e, sobretudo, na sociedade de classes, todos esses sujeitos pertencem à mesma classe trabalhadora. As definições amplas de classes sociais se relacionam sempre com o trabalho em geral:

Por classes sociais se entenderão os agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade. (SANTOS, 1983, p.41)

Assumir essa identidade coletiva é um passo importante para o êxito do movimento. Todos esses setores (de uma classe só) sofrem oprimidos pela mesma fonte: o Estado, que sob o capitalismo, está subjugado por esse sistema. Vale ressaltar que uma das estratégias de desmobilização do movimento é justamente dividi-lo em categorias distintas, como diria Maquiavel, dividir para reinar.

Ter clareza de sujeitos “contra quem” se luta, quem é o “inimigo” referenciado por Touraine, e, sobretudo, com quem se faz um movimento é imprescindível.

No que fora apontado, é necessário explicitar que, no caso universitário,

quando o Estado sonega condições de trabalho, remuneração justa, estrutura universitária, sonega o avanço da ciência e tecnologia para a sociedade, sonega, ações de extensão que chegam diretamente à comunidade local, freia o desenvolvimento local. E por quê? Quem ganha com isso é justamente o mercado. Ele cresce, as universidades, faculdades e institutos privados ganham força, a pesquisa, serviços estruturais que seriam públicos, são assumidos cada vez mais pela iniciativa privada, gerando lucros para alguns e custos para todos! Um simples olhar no resumo do senso da educação superior de 2010¹ evidencia que 88,3 % das instituições de ensino superior são privadas. O dado de 2010, certamente, hoje, se intensificou.

É nessa perspectiva que o conceito de classe é imprescindível para a compreensão do movimento de greve, seja nesse panorama educacional que nos pautamos como ponto de partida, seja no serviço público, ou seja, no trabalho em geral. Em uma sociedade capitalista, a organização fundamental é a diferença de classes. Às vezes, na forma tradicional entre trabalhadores e detentores dos meios de produção, bastante evidente nas obras clássicas de Karl Marx, às vezes, intermediada pelo Estado, mas sempre privilegiando o mercado, em última instância, fortalecendo o Capital. É nesse sentido ainda que o conceito geral de greve colabora, pois: “A greve é uma forma de luta instrumental e extrema dos trabalhadores. Consiste na cessação coletiva, combinada e voluntária do trabalho, por iniciativa dos trabalhadores (...)” (CASTRO, 1986,

p.13). Ou seja, um olhar sobre a conceituação evidencia a necessidade da articulação de greve e classe, entendendo os envolvidos todos, detentores de sua iniciativa, todos trabalhadores.

Caráter educativo

Vale ressaltar o caráter educativo de um movimento como a greve, os processos de formação, debates, deliberações que são presentes entre os sujeitos que participam. E, o que é mais importante, a relação que se deve buscar com a sociedade como um todo. Fazer greve é dolorido para os sujeitos que participam e, por isso, as estratégias de ação devem amenizar esse sofrimento. Ao socializar os motivos e objetivos da greve é necessário também socializar a função social da instituição na qual estamos inseridos. É importante aproximar a Universidade da sociedade local e contar com a adesão dela nesse processo de luta, partilhar, não só as pretensões que a mídia veicula: salários! Mostrar que a greve, além do plano de cargos, carreira e salário, quer ajudar no processo de democratização da universidade e, conseqüentemente, tornar essa universidade, instituto, faculdade, cada vez mais importante para a sociedade.

Essa demanda é urgente para o movimento de greve como um todo. Os primórdios dos movimentos grevistas indicavam que a paralisação da força de trabalho era um instrumento de luta suficiente. A paralisação da produção, por si, era um mecanismo apropriado. Hoje, não é mais. O Capital se reorganiza e a complexidade do mundo do trabalho contemporâneo, a teia de trabalhadores terceirizados, subcontratados, os “empreendedores autônomos” a fluidez do emprego, tornaram-se mecanismos inibidores de movimentos grevistas, somados à

1

Ver

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf

detenção do poder dos meios de comunicação de massa. O Capital tem mecanismos particulares de hostilizar movimentos de greve, portanto, um desafio educativo é socializar o movimento para além de situações corporativas de trabalho.

Essa socialização de princípios comuns e o desvelamento das situações de opressão, que atingem a todos, também são necessários para o interior do processo de greve, seja ele, local ou ampliado. Em todas as organizações sociais, sob o capitalismo, vão se encontrar divisões internas que concorrem para o fortalecimento da divisão de uma concepção de classe. A percepção de tal situação também é um avanço educativo na greve, pois: “Ela possui um caráter educativo, pois através dela é possível os trabalhadores perceberem que somente unidos podem sustentar sua luta contra o Capital e o Estado-Governo autocrático e burguês”. (MARTINS, 2009, p.157)

Essa tarefa pode parecer simples, mas a prática evidencia que se trata de uns dos desafios mais complexos dos movimentos, pois o próprio patronato, em todas as suas facetas, públicas ou privadas, apostam nas fragmentações e fissuras internas. Novamente remetendo-se ao movimento de 2012, mais especificamente nas universidades, pode-se ilustrar tal fato com uma cisão emblemática: a divisão entre professores e agentes universitários. Esses últimos se destacaram bravamente na referida greve, principalmente no Estado do Paraná. No interior da rede universitária desse Estado, a greve foi mais curta, porém intensa, e com maior extensão na categoria dos agentes universitários, o que causou desencontros, que são emblemáticos em diversas situações.

Em uma lúcida reflexão, o professor universitário Antônio Ozaí da Silva, postou em seu blog o texto “Lições da Greve dos Trabalhadores da UEM”, que vai ao centro da questão:

Ora, greve é greve! É tão difícil compreender?! Acostumados a mandar, os docentes tem dificuldade de assimilar um fato simples: a greve significa paralisação das atividades! As chaves não abrem blocos e salas de aula sem a ação humana, os ambientes não ficam limpos sem o trabalho humano, o acesso ao conhecimento sedimentado nos livros da BCE não é possível sem a intermediação dos que abrem as portas, dos que fazem a higienização, das bibliotecárias e demais trabalhadores. Exigir que atendam às demandas dos docentes é pedir para que não façam greve, é enfraquecer o movimento. (...) Os trabalhadores em greve mostram o quanto são importantes para nós e a sociedade. (SILVA, 2012, s/p)

A cisão estratégica para a manutenção da dominação no interior do processo de trabalho é uma ferramenta do poder e isso se replica nas mais diversas organizações e locais de trabalho. A consciência de tal processo é, de saída, uma lição educativa sem tamanho e, mais ainda, a superação de tais fissuras são de aprendizados imensuráveis na consolidação de uma identidade realmente de classe. A reflexão citada acima evidencia as consequências da fragmentação do processo de trabalho em uma realidade concreta e, por outro lado, também conclama sua superação. Em todas as afirmações, são ressaltadas as características de um processo de trabalho, que se realiza na soma dos trabalhos de seus trabalhadores. Se há exploração, situação que faz emergir o movimento de greve, essa exploração atinge a todos, de formas diferentes,

mas a todos. E essa é uma lição que a greve pode proporcionar.

Além do processo de desvelamento das situações de opressão, a já citada dinâmica de organização do movimento grevista, traz muitos elementos educativos. Há um processo de auto-organização das atividades que necessita do protagonismo dos sujeitos constituintes do movimento. Essa auto-organização evidencia a imprescindibilidade de todos os sujeitos na divisão social do trabalho, pois o movimento como um todo se define com o comprometimento de alguma atividade. A perspectiva da corresponsabilidade é ocultada na divisão do trabalho capitalista, justamente porque o mais importante, o resultado final, é privatizado em tal divisão e, no caso do movimento, o resultado – êxito ou fracasso – é socializado entre os sujeitos, inclusive aqueles que não participam do movimento.

Esses momentos de auto-organização também oportunizam a socialização entre os trabalhadores que, comumente, estão isolados em suas tarefas cotidianas, em seus departamentos, seções, divisões, escalas etc. A simples “rodinha” de paralisação, permite o intercâmbio, a descoberta do outro no interior do conjunto dos trabalhadores.

A prática da assembleia também fomenta diversos aprendizados: o fato de avaliar e, ainda, coletivamente, elemento do qual o trabalhador é privado no interior do processo de trabalho; a prática do debate da exposição, do “falar em público”; e, principalmente, o ato da tomada coletiva de decisões, as deliberações, que comprometem a todos, exige de todos, essa ação é crucial no processo de formação humana.

Ao falar de um outro movimento, o MST, uma das intelectuais militantes desse movimento destaca o fator educativo das práticas cotidianas do mesmo:

Quem nunca abria a boca, de repente vira locutor da rádio do acampamento; quem se dizia tímido, vira referência de negociação com o governo; quem era considerado o fofoqueiro da comunidade de origem, vira articulador das propostas de base... Quem era excluído de tudo passa a ser dirigente de uma empresa social complexa. O princípio da divisão de tarefas educa para as responsabilidades pessoais assumidas diante do coletivo. (CALDART, 2000, p. 117)

Transpostas as realidades, o princípio é o mesmo, a divisão de tarefas própria da organização coletiva do movimento de greve é deveras educativa. E, no caso da citação acima, as próprias atividades se repetem em ambos os movimentos, transpondo o *locus* no qual são executadas. O movimento de greve detém as mesmas tarefas, a comunicação, seja por rádio ou por informativos, a negociação, a articulação, enfim, tarefas altamente educativas. A citação também traz outra evidência: confirma novamente o enquadramento da greve no rol dos movimentos sociais, seja do ponto de vista conceitual como já fora demonstrado e, agora, as atividades práticas organizacionais.

Considerações finais: desafios e conexões greve e movimentos sociais

O movimento tomado como referência empírica neste texto, a onda de greves no Brasil em 2012, evidencia uma característica comum para as greves contemporâneas, visível na caracterização do movimento efetuada

no início do texto: a preponderância de movimentos de greve no setor público.

Esse fato encerra em si uma série de incidências que são oriundas das reconfigurações do modo de produção capitalista e seus reflexos no mundo do trabalho. Os pesquisadores que se detêm na análise do mundo do trabalho, enumeram as metamorfoses deste (pode-se citar as obras de Ricardo Antunes, para não ser excessivo) que, com base na flexibilização, vão desde a precarização de serviços periféricos que alimentam a cadeia de produção “oficial”, inseridas aí as terceirizações, as prestações de serviços por demanda, a rede de serviços oficiais prestados pelo terceiro setor. Pode-se apontar também o desemprego estrutural e o acréscimo do exército industrial de reserva. E ainda o avanço da tecnologia em processos que anteriormente eram manuais. Esse conjunto de incidências aprofunda um refluxo histórico da classe trabalhadora no que tange às greves. E, ainda, confirma a concentração da maioria das greves na esfera pública, na qual há mais estabilidade para o trabalhador. É fato que outras incidências camuflam os dados. Uma análise sobre os balanços das greves publicados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) confirma a maioria das greves no setor público, porém, percebe-se que a diferença não é tão grande. Por exemplo, na realidade de 2011 (última estatística publicada) das 554 greves no Brasil, quarenta e um por cento se concentrou na esfera privada (DIEESE, 2012). Isso confirma mais uma vez a hegemonia do capital frente aos meios de comunicação de massa, pois, o público geral, quase que ignora a existência de greves no setor privado, porém, confirma também a concentração dos movimentos,

principalmente os de maiores duração e impactos sociais, no setor público.

Essa conjuntura incide também sobre a organização sindical, instituição que se liga diretamente ao movimento de greve, no que tange à organização trabalhista. Os elementos estruturais apontados acima vão impor limites à atuação sindical:

(...) os sindicatos, em todo o mundo, vivem hoje uma situação muito difícil, expressa na queda do número e da proporção de filiados e no declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político (RODRIGUES, 2002, p.11)

Esse refluxo, a ofensiva do capital que mina até as instituições sindicais, o forte movimento de cooptação que as centrais sindicais sofreram no período pós-Lula, são elementos que sinalizam limites e, dialeticamente, apontam possibilidades também. A organização das greves de 2012 foi emblemática nesse sentido, não fora uma instituição que protagonizou o movimento. Bem ao contrário, em momentos tensos das greves, houve instituições que depuseram contra o movimento, como foi o caso do PROIFES.

Assim, as possibilidades residem na retomada dos pressupostos da autogestão operária, muito conhecida do circuito revolucionário, mas também apontado como alternativa contemporânea. Ao remeter-se à organização zapatista em uma reflexão sobre as greves, Regina Leite Garcia aponta a necessidade da retomada dos pressupostos “de democracia radical: a horizontalidade, a rotatividade, a desconfiança natural pelo papel da liderança...” (GARCIA, 2000, p. 85). Creio que essas premissas são tão

educativas, quanto necessárias para a compreensão da greve como movimento.

Por fim, é necessário destacar a necessidade de articulação dos movimentos de greves com os movimentos sociais em geral. No mesmo raciocínio da citação anterior, a autora, ao falar da histórica greve da Universidade Nacional Autônoma do México – UNAM, afirma que o movimento “(...) ganhou o apoio de um conjunto de setores do movimento social e popular que efetivamente entendem que estes são seus aliados naturais.” (GARCIA, 2000, p. 88).

E penso ainda que não é só durante o processo de uma greve que a aproximação é necessária. Em termos de perspectivas, só os movimentos sociais podem dar voz a uma série de sujeitos que vivem do trabalho e que cada vez mais se propagam como “contraíndicação” das metamorfoses do capital. São os casos dos trabalhadores ilegais migrantes, da mão de obra infantil, do trabalho dos aposentados, do trabalho em situações ilícitas, que vão dos simples “laranjas” nas regiões de fronteira, até os prestadores de serviços, ao crime organizado, como o tráfico. São sujeitos sociais, trabalhadores, que estão à margem de qualquer proteção social institucionalizada, que sequer podem pensar no movimento de greve como refúgio e, assim, são os movimentos sociais que eles podem organizar que podem lhes proporcionar algum tipo de voz.

Referências

- CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CASTRO, P. **Greve**; fatos e significados. São Paulo: Ática, 1986.
- CASTRO, D. Entenda as greves dos servidores federais. In: EBC. Empresa Brasil de Comunicação. 27/08/2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2012/08/greve> Consultado em 13/05/2013.
- DIEESE. Balanço das Greves em 2010-2011. **Estudos e Pesquisas**. São Paulo: n.63, 2012.
- GARCIA, R. L. Greve... um recurso ainda revolucionário. In: GARCIA, Regina Leite. (Org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- MAGGI, L. Greve de professores atinge 95% das instituições federais. Revista VEJA. (Online). 28/06/2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/greve-dos-professores-atinge-95-das-instituicoes-federais> Consultado em 13/05/2013.
- MARTINS, L. S.. A identidade política dos professores das Universidades públicas federais e as transformações no mundo do trabalho. Tese de doutorado em Educação. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.
- RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.
- SANTOS, T. **Conceito de Classes Sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SILVA, Antonio Ozaí da. **Lições da greve dos trabalhadores da UEM**. Blog do Ozaí, 12/09/2012, disponível em <http://antoniozai.wordpress.com/2012/09/12/licoes-da-greve-dos-trabalhadores-da-uem/>
- TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Recebido em 2013-05-15
Publicado em 2013-08-05